

Sodré critica "xenofobia" por capital estrangeiro

por Inácio Barbosa Soares
de Porto Alegre

O ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, disse ontem, em Esteio, na Grande Porto Alegre, que o "clima ideológico" criado dentro da Assembléia Nacional Constituinte por uma "minoría" que se posiciona contra a conversão de parte da dívida externa brasileira em capital de empresas nacionais não deverá prejudicar a negociação geral que está sendo feita com os credores, mas "poderá atrasá-la, o que é um mal". Abreu Sodré criticou a "xenofobia" de quem tem "prevenção contra o capital estrangeiro", e defendeu a tese de que qualquer empresa, estatal ou privada, deve abrir-se a estes investimentos, desde que não seja de setor estrito da segurança nacional e sob a condição de que as cotações das ações não sejam aviltadas na negociação.

"Nós poderíamos começar a negociar a conversão da dívida antes da promulgação da nova Constituição", afirmou o ministro. "Mas há um clima ideológico em torno do assunto, normal sempre que se faz uma nova Constituição, que está dificultando isto. É normal que os investidores estrangeiros queiram primeiro conhecer as regras que serão ditadas pela nova Constituição. Mas acho que, assim que ela for promulgada, poderemos fazer uma negociação que não ofenda a segurança na-

cional. Acho mesmo que a grande preocupação dos constituintes deveria ser no sentido de aprovar uma legislação rigorosa para que o capital estrangeiro não se torne uma espoliação, aviltando o preço das ações. Fora isto, e fora as áreas sensíveis para a segurança nacional, não vejo problema algum."

Abreu Sodré, de qualquer forma, disse que a conversão ainda não está sendo propriamente negociada, mas apenas tratada de forma muito incipiente. O mais importante para ele, no momento, é a renegociação geral da dívida, e esta é que poderá ser atrasada pelas posições ideológicas de alguns constituintes. Apesar disso, ele disse estar otimista quanto aos resultados finais.

"A dívida externa", observou, "não pode ser tratada apenas em termos técnicos, mas deve ser negociada também em termos políticos. O Brasil não pode pagar tanto juro e 'spreads' tão altos, e os credores têm de compreender isso. Eles não podem liquidar os devedores pelo simples motivo de que não irão receber seus créditos." Para o ministro, a partir desta compreensão, que ele disse já estar havendo, o Brasil poderá até mesmo eliminar as taxas de "spreads" nas próximas etapas de renegociação da dívida, e obter uma boa solução para os demais aspectos do problema, sobretudo quanto à redução dos juros.